

PAULO MENDES  
DE OLIVEIRA



# COISA JULGADA E PRECEDENTE

Limites temporais e as relações  
jurídicas de trato continuado



THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

# COISA JULGADA E PRECEDENTE

Limites temporais e as relações  
jurídicas de trato continuado

PAULO MENDES DE OLIVEIRA



© desta edição [2015]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS

*Diretora responsável*

Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [05-2015]

Profissional

Fechamento desta edição: [08.05.2015]



ISBN 978-85-203-6350-8

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	11
INTRODUÇÃO .....	17

### PARTE I

#### SEGURANÇA JURÍDICA E COISA JULGADA NO ESTADO CONSTITUCIONAL

1. SEGURANÇA JURÍDICA NO ESTADO CONSTITUCIONAL .....	23
2. SEGURANÇA JURÍDICA E COISA JULGADA .....	27
2.1 Âmbito de proteção do princípio da segurança jurídica .....	27
2.2 Estabilização das decisões judiciais como meio de promoção da segurança jurídica. A coisa julgada .....	29
3. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA COISA JULGADA NO ESTADO CONSTITUCIONAL (COISA JULGADA PARA QUÊ?) .....	33
4. PROTEÇÃO CONFERIDA À COISA JULGADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. A REGRA CONSTITUCIONAL. (COISA JULGADA EM QUE MEDIDA?) .....	37
4.1 Núcleo de proteção da Constituição Federal de 1988 .....	38
4.2 Coisa julgada como regra ou princípio constitucional? .....	41
4.3 Necessidade de decisão de mérito sob cognição exauriente. Impe- rativo do art. 5.º, XXXV, LIV e LV, da CF/1988. ....	45
4.4 Previsão constitucional de flexibilização da coisa julgada. Limites formais e substanciais .....	50
5. COISA JULGADA E SEU OBJETO. (COISA JULGADA SOBRE O QUÊ?) .....	59
5.1 Considerações introdutórias. Um instituto de natureza processual	59

5.2	Importantes distinções. Conteúdo, eficácia e efeitos da decisão judicial.....	61
5.3	Definição em Pothier, Savigny, Hellwig e Liebman. Breve panorama	65
5.4	Teoria da indiscutibilidade do conteúdo da decisão .....	72
5.5	Teoria da indiscutibilidade do conteúdo declaratório da decisão ..	76
5.6	Conclusões .....	77
5.6.1	Definição de coisa julgada.....	77
5.6.2	A coisa julgada como qualidade do ato decisório .....	78
5.6.3	Conteúdo, eficácia e efeitos dos atos decisórios e indiscutibilidade da coisa julgada .....	82
5.6.4	Indiscutibilidade e limitação ao elemento declaratório .....	86
5.7	Limites objetivos da coisa julgada.....	90
5.7.1	Noções iniciais.....	90
5.7.2	Coisa julgada e a parte dispositiva da decisão.....	96
5.7.3	Causa de pedir e limites objetivos da coisa julgada .....	99
5.7.4	Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada .....	103

## PARTE II

### COISA JULGADA NO TEMPO (COISA JULGADA ATÉ QUANDO?)

1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS .....	109
1.1	Delimitação da ideia de limite temporal da coisa julgada .....	109
1.2	Crítica à limitação “no tempo” dos efeitos da coisa julgada.....	112
2.	RELAÇÕES JURÍDICAS INSTANTÂNEAS.....	115
2.1	Definição .....	115
2.2	Regime de formação da coisa julgada .....	116
2.3	Relações instantâneas e limites temporais da coisa julgada .....	117
3.	RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO .....	121
3.1	Definição .....	121
3.1.1	Relação jurídica continuativa.....	122
3.1.2	Relações jurídicas sucessivas .....	123

3.2	Eficácia prospectiva da coisa julgada .....	125
3.3	Regime jurídico da coisa julgada.....	136
3.3.1	Aptidão para formação da coisa julgada.....	136
3.3.2	Limites objetivos da coisa julgada. Peculiaridades.....	139
3.3.3	Limites objetivos da coisa julgada e o princípio dispositivo	144
3.3.4	Eficácia positiva e negativa da coisa julgada. Peculiaridades	146
3.3.5	Mecanismos para a superação da coisa julgada .....	147
3.4	Alteração das circunstâncias fático-jurídicas .....	147
3.4.1	Considerações iniciais .....	147
3.4.2	“Ação revisional” ou ação de modificação. Prescindibilidade	149
3.4.3	Fatos decididos e sua alteração .....	152
3.4.4	Alteração do Direito vigente.....	153
3.4.5	Mudança jurídica por ação legislativa .....	153
3.4.6	Mudança jurídica em razão dos precedentes judiciais.....	156
3.5	Precedente judicial e ordenamento jurídico.....	157
3.5.1	Dinâmica jurídica. O <i>iter</i> de reconstrução do Direito vigente	157
3.5.2	Importância da unidade do Direito .....	164
3.5.3	Modificação no Direito proporcionada pela edição de um precedente das cortes superiores.....	169
3.5.4	Decisões que podem ser consideradas precedentes.....	173
3.5.5	Vinculação dos precedentes no sistema jurídico brasileiro	177
3.5.6	Revisão dos precedentes e a alteração do ordenamento jurídico .....	189
3.6	Coisa julgada e precedente.....	192
3.6.1	Coisa julgada e precedente posterior. Limitação objetiva e temporal da coisa julgada.....	192
3.6.2	Coisa julgada e precedente posterior. Desnecessidade da “eficácia vinculante” .....	202
	CONCLUSÃO .....	211
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	213